

O Legado Linguístico dos Tapuias no Sertão Baiano

*The Linguistic Legacy of the Tapuias in the
Semi-Arid Region of Bahia*

Rejane Cristine Carneiro Santana*

Universidade Estadual de Feira de Santana

Luan Oliveira Mendes**

Universidade Estadual de Feira de Santana

*Professora Assistente do Departamento de Letras e Artes - DLA - da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Pesquisadora do Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro. CE- DOHS/NELP.

**Graduando do Curso de Letras e Artes –UEFS. Orientando IC – Probic/ UEFS - CE- DOHS/NELP.

Resumo

O presente trabalho, fruto de um projeto de pesquisa de iniciação científica vinculado ao Projeto Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro, CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão - UEFS, discute possibilidades de heranças da língua indígena Kiriri, Tronco Macro-Jê, sobre o léxico da língua Kiriri apresentado na gramática do Pe. Maniani (séc XVII/XVIII), a fim de promover um conhecimento mais amplo referente à língua ancestral do povo Kaimbé e heranças desse legado utilizadas no contexto atual. Assim, esta pesquisa analisa expressões supostamente originárias da família Kiriri, ainda faladas na comunidade indígena Massacará, no sertão da Bahia, e as compara com palavras relatadas na produção escrita da gramática do Jesuíta Pe. Mamiani, intitulada *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kariri* (1699). Com base, também, nos estudos de Serafim Leite (2000), Fernão Cardim (1997), Barbosa (2007), Pompa (2002), Aryon Rodrigues (1994), Mattos e Silva (1993) que trazem uma abordagem sobre os contatos entre jesuítas e indígenas no período da colonização brasileira, como também estudos sobre o Macro-Jê e a produção escrita referente à língua Kiriri. Nessa investida, fizemos um levantamento de palavras da família Kiriri usadas, fluentemente, nessa comunidade, revelando que o legado e o avivamento dessa língua indígena perpetuam entre falantes Kaimbé, do sertão baiano.

Palavras-chave

Linguística histórica; Etnolinguística; Tapuias do sertão; Língua Kiriri.

Abstract

The present work, result of a scientific initiation research project (PROBIC/UEFS) linked to the Vozes do sertão in data: history, peoples and formation of Brazilian Portuguese, CE-DOHS - Electronic Corpus of Historical Documents of the Sertão - UEFS project, discusses possibilities of inheritance of the Kiriri indigenous language from the Macro-Jê branch, upon the lexicon of the Kiriri language as it is presented in the grammar of Fr. Maniani (17th / 18th centuries), in order to promote a broader knowledge regarding the ancestral language of the Kaimbé people and the usage of that legacy's heritage in modern context. Thus, this research analyzes expressions supposedly originating from the Kiriri family, that are still spoken in the Massacará indigenous community, in the semi-arid region of Bahia, and compares them with words reported in the written production of the grammar of the Jesuit Fr. Maniani, entitled *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kariri* (1699). Also based on the studies of Serafim Leite (2000), Fernão Cardim (1997), Barbosa (2007), Pompa (2002), Aryon Rodrigues (1994), Mattos and Silva (1993), that bring an approach to the contacts between Jesuits and indigenous people during the period of Brazilian colonization, as well as studies on the Macro-Jê and the written production related to the Kiriri language. In this process, we made a list of words from the Kiriri family that are still used fluently in this community, revealing that the legacy and revival of this indigenous language perpetuate among Kaimbé speakers, from the Bahian semi-arid region.

Keywords

Historical linguistics; Ethnolinguistics; Semi-arid Tapuias; Kiriri Family.

Recebido em 30 de outubro de 2020

Aprovado em 11 de dezembro de 2020

SANTANA, Rejane Cristine Carneiro; MENDES, Luan Oliveira. O Legado Linguístico dos Tapuias no Sertão Baiano. *Légua & Meia*, Brasil, n.11, v. 2, p. 78-93, 2020.

1 Introdução

Diante de novos olhares sobre as línguas indígenas para a formação do português brasileiro, a Linguística Histórica, associada à etnolinguística, traz contribuições relevantes para pesquisas nessa área. Estudos linguísticos mostram mudanças que as línguas sofrem com o passar dos anos, pois de forma natural e mediante o próprio contexto socio-histórico as alterações em seu léxico, já que as mudanças ocorrem em todos os níveis da linguagem, são inevitáveis.

Ao conhecer a gramática do Pe. Jesuíta Mamiani, intitulada *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Karirí* (1699), surgiu o interesse por uma pesquisa voltada para possíveis heranças da família Kiriri, do tronco Macro-Jê, no léxico do português brasileiro falado pelos habitantes de comunidades indígenas com antepassados Tapuias, que vivem no sertão da Bahia.

Para tanto, a convite das professoras Brazilice Ferreira dos Santos e Cirila Santos Gonçalves, da comunidade indígena Massacará, realizamos uma viagem de campo, de 22 a 24 de novembro de 2019, para prestigiar a XVI Feira de Cultura Kaimbé, realizada por alunos e professores indígenas. Concentrado em um espaçoso centro de convenções a céu aberto, o evento contou com estandes, barracas feitas de folha de pindoba (*Attalea oleifera*), que apresentavam variadas formas de produção cultural local, como obras de artesanato, pinturas, produções textuais, vestuário, comidas típicas e a pintura corporal. Pudemos prestigiar, também, números musicais, competições esportivas, apresentações teatrais e, ainda, o ritual que une dança e avivamento espiritual, o *Toré*.

Imersos na comunidade pelas atividades do evento, pudemos, através de conversações naturais e espontâneas, coletar dados linguísticos dos falantes, a fim de analisar aspectos particulares do vernáculo falado pelo povo Kaimbé, expresso nas contações de histórias e dos costumes, e confrontá-los à luz de palavras registradas da família Kariri, através da gramática do Pe. Mamiani (1699). Assim, compreendemos a dinamicidade da língua enquanto fenômeno social e histórico e, ao mesmo tempo, a sua resistência pela sobrevivência, ainda que em pequenos resquícios lexicais presentes nessa comunidade indígena.

2 Línguas Brasileiras e o Tronco Linguístico Macro-Jê

Sobre os primeiros contatos entre povos indígenas e europeus, Serafim da Silva Neto (1986) ressalta que os índios levaram duas vantagens substanciais: eram superiores em número e seu modo de vida estava ajustado ao *habitat*, por isso puderam passar aos conquistadores a sua língua e muitos traços de sua cultura.

Em estudos dos relatos de cronistas, D'Angelis corrobora, nessa perspectiva, ao afirmar que:

[...] mais de um jesuíta esteve encarregado de aprender a língua da terra para colaborar no aprendizado com os demais e produzir doutrinas da língua indígena, para melhor fruto da catequese/ É compreensível que sendo os portugueses uma ínfima minoria no litoral, não houvesse meios de obrigar os habitantes da terra a adotar a língua portuguesa. Ao contrário, senhores do litoral (e, em geral, guerreiros valorosos, como os Tupinambás), impuseram ao estrangeiro a adoção da língua local como recurso para a comunicação (D'ANGELIS, 2007, p. 6-7).

Nessas entrelinhas, é possível compreender que religiosos e sertanistas europeus, no intuito de aprender a língua falada por esses indígenas, para fins políticos e religiosos, vivenciaram também os seus costumes, ainda que os considerassem “pagãos”, porque ao se contatar com a língua do “outro”, naturalmente os valores culturais impregnados, nela, tornam-se evidenciados.

Com a fundação da cidade de Salvador, deu-se início ao longo processo de marca cultural portuguesa para a terra “conquistada”, principalmente com a catequização dos povos indígenas. Esse fato histórico é relatado por Dietrich e Noll (2010) ao esclarecer que a língua *Tupi* foi escolhida pelos jesuítas para o processo de catequização dos índios.

Nos anos de 1549, Tomé de Souza fundou a cidade de Salvador na Bahia. Militar, político português e primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza foi importante no âmbito religioso, pois com ele vieram para o Brasil os primeiros jesuítas que mais tarde foram chefiados por Manoel de Nóbrega para realizarem a evangelização dos índios (DIETRICH; NOLL, 2010, p. 83).

Para essa missão religiosa, os primeiros padres, Manoel de Nóbrega e João de Azpilcueta Navarro, aprenderam e ensinaram ao jovem José de Anchieta a variedade tupinambá, língua de base Tupi, da região de Salvador, em 1553, para participar dos trabalhos de catequese. Embora a catequização tivesse a capacidade de igualar as ideias diversificadas de crenças, a língua Tupi chegou a ser um risco para hegemonia do português no Brasil, junto com outras línguas gerais indígenas, mesmo porque havia a preocupação da Coroa Portuguesa em se efetivar uma língua ampla, geral para a conquista da nova colônia “[...] a multiplicidade de línguas era um empecilho à conversão, e todas as línguas deveriam ser reduzidas a uma só, a mais geral” (FRANCHETTO, 2006, p. 25-26).

Essa multiplicidade de povos e línguas indígenas também nos é apresentado por Mattos e Silva (2006), ao mencionar que para além da área litorânea, os sertões, encontravam-se outros múltiplos grupos indígenas, genericamente chamados pelos *tupi* e pelos colonizadores de *tapuias* [...]”. Essa diversidade de línguas pertencia, segundo classificações atuais, ao tronco linguístico *Macro-Jê* “[...] se estendia pelos interiores do Nordeste até o meio norte; pelos cerrados do Brasil Central até o Sul Oriental da Bacia do Prata; para o Sul do Brasil, ocupariam áreas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 240-241).

Conforme John Monteiro (2001), em relatos dos séculos XVII, o Pe. Antônio Vieira (1650) afirmava que ‘com as outras mui diversas nações’ nos aldeamentos missionários, eram agrupados povos indígenas que falavam *Nhengaíba* (referência de fala ruim, língua travada) e, em oposição, povos que falavam o *Nhengatu* (referência a uma boa fala) na Ilha de Marajó, o que contribuiu para o distanciamento da Língua Geral Tupinambá, falada nas missões, pois a língua *Nhengaíba* era considerada como uma língua viciada e corrupta. O autor ainda destaca que o cronista Fernão de Cardim apresenta em seus relatos 76 grupos distintos de Tapuias que habitavam no interior das capitanias do nordeste e a influência de suas línguas àquela geração de falantes.

Consta, nesse período, na publicação do *Compêndio da Doutrina Cristã*, do missionário João Felipe Bettenford, a considerada “vulgarização” dessa língua em seu uso pelos índios e mestiços do Maranhão que, em outra versão manuscrita do compêndio, arquivada na universidade de Coimbra, avisa que a doutrina cristã encontra-se “[...] traduzida em língua irregular e vulgar usada neste tempo.” (EDELWEISS, 1969, p.158).

Essa língua *Nhengaíba* era atribuída a falantes de comunidades Tapuias que, conforme estudos linguísticos, refere-se ao tronco Macro-Jê. Nessa perspectiva, o antropólogo Von Martius (1863; 1867) trouxe contribuições relevantes para a Etnografia e a Linguística da América, em especial, para o fato de ter criado o termo classificatório *Gez* ou *Crans*, considerando a frequência dessas sequências no final da forma sonora de diversos nomes de povos Jê: Apinagez, Crengez, Aponigricrans, Capucrans. Von den Steinen (1886) apresenta a hipótese de grupo Tapuia que incluía os Botocudos (ou Krenák) e os Goitacás (que, para ele, eram os Makoní, os Kumanaxó e os Panháme), além de subdividi-los em três grupos: Jê do norte e do oeste, Jê central e Jê oriental (Kamaka, Xocoto, Masacará) (RODRIGUES, 2002, p. 280).

Estudos do tronco linguístico Macro-Jê, no nordeste brasileiro, referentes a línguas indígenas dos Tapuias, apontam que as línguas da família Kamakã foram faladas até a primeira metade do século XX, no sul da Bahia, no norte do Espírito Santo; as línguas da família Kariri ficaram também desaparecidas do fim do século XVII e início do século XVIII “[...] trata-se do Kipeá (ou Kiriri) e do Dzubukuá, aquela do nordeste da Bahia e Sergipe, este das grandes ilhas do Rio São Francisco, entre a Bahia e Pernambuco, próximo a Cabrobó” (RODRIGUES, 1994, p.49).

A língua Kiriri abrangia uma região desde o Ceará e a Paraíba até o sertão setentrional baiano, com quatro línguas identificadas: kipeá (descritos pelo jesuíta Luiz Mamiani, grupos provavelmente estabelecidos nas aldeias de Jeru, Natuba, Canabrava e Saco dos Morcegos), dzubukuá (relatados pelos capuchinhos Martinho e Bernard de Nantes nas aldeias de Aracapá, Cavalo e Pambu), kamuru e Sapuyá (DANTAS, 1992).

Embora visto como estudo hipotético, o tronco Macro-Jê de famílias linguísticas do nordeste da Bahia, a exemplo da família Kiriri, conta com boa documentação do fim do século XVII e início do século XVIII. Como fruto de pesquisa em linguística histórica, Rodrigues apresenta um panorama geográfico das famílias que compõem o referido tronco linguístico.

Podemos distinguir nos componentes do tronco Macro-Jê um conjunto a leste da família Jê, formados pelas famílias Puri (Coroadó), Botocudo, Maxacali, Kamakã e Kariri e mais as línguas Masacará e Yatê (Fulniô), e outro conjunto a oeste daquela família, formado pela família Bororo e pelas línguas Ofayé, Guató e Rikbaktsá. A família Karajá, no Araguaia, situa-se entre dois subgrupos da família Jê, o Kaiapó a oeste e o Akwém a leste. (RODRIGUES, 1994, p. 49)

Em acordo com essa pesquisa de Rodrigues, Bartira Ferraz Barbosa (2007)¹ também aponta que línguas do tronco linguístico Macro-jê foram desprezadas durante os séculos XVI, XVII e XVIII, entretanto permaneceram em fontes escritas registradas na produção de *A gramática* (1699) e de *O catecismo* (1698) do missionário jesuíta Luiz Vincêncio Mamiani; como também do *Catecismo* (1709) do capuchinho Bernardo de Nantes. São essas produções escritas que asseguram os registros da língua falada pela etnia kiriri, em tempos de colonização, como fonte de buscas para maior conhecimento desse povo e de suas manifestações linguísticas.

3 A Comunicação do Povo Kaimbé

¹ Maiores informações ver BARBOSA, Bartira Ferraz. *Pernambuco: herança e poder indígena*. Nordeste séculos XVI-XVII. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. Também conferir NANTES, Pe. Martinho de. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. São Paulo: Cia Editora Nacional.

Conforme historiadores, a etnia Kaimbé habitou o sertão desde os primeiros contatos com colonos e missionários, que chegaram e avançaram o chamado “sertão”. Esse termo era utilizado, no período colonial, para falar de regiões diversas, com características distintas e longe do litoral: “[...] ele representava o desconhecido, o imensurável, esconderijo dos piores perigos e também das maiores riquezas, reais ou imaginárias, que se poderia esperar do território”. (AMADO, 1995, p.145)

Por ser um lugar definido como habitação de povos bárbaros (índios considerados inimigos, quilombos e criminosos fugitivos) era no sertão que se valiam os “fora de lei”, aqueles que viviam à revelia e distantes de uma ação punitiva da justiça, mediante a distância e as dificuldades de locomoção que os separavam. Conforme Santos:

O sertão resistia em ser devassado ou desbravado inteiramente [...] havia o predomínio da família Kiriri ou Kariri e do grupo Paiaia no sertão ao sul do rio São Francisco, ou seja, em terras pertencentes à capitania da Bahia. Seguramente, os índios daquele primeiro grupo eram predominantes na bacia do rio Itapicuru, no sertão de baixo, onde foram aldeados por capuchinhos, jesuítas e franciscanos. (SANTOS, 2014, p.23)

Segundo cronistas da época, os Tapuias, embora constituíssem diferentes nações, falavam a mesma língua: a língua dos bárbaros, “sem regra de raiz”, sendo referendada como uma fala travada e ruim, conhecida também como *Nhengaíba*, proferida por povos que viviam dispersos e conhecidos como gente brava, silvestre e indômita (CARDIM, 1583). As nações dos “bárbaros indígenas” posicionavam-se como inimigos dos colonizadores e dos índios da costa, exceto alguns dos que viviam na Bahia, nomeadamente os Guayana, Taicuyu e Kariri².

De acordo com Cardim (1583), os indígenas desses grupos eram trazidos pelos Padres do sertão e aprendiam a língua indígena falada na costa, a qual já era dominada por esses sacerdotes. Dessa forma, eram batizados e viviam casados nas “aldeias dos Padres³”. Para o autor, esses tapuias convertidos e descidos do sertão poderiam servir de intérpretes para que outros fossem atraídos e convertidos, favorecendo a catequese.

Posteriormente, a carta anual de 1690-1691 indicava a existência de cinco missões fundadas pelo padre João de Barros, no sertão do rio São Francisco, além das aldeias de Canabrava, Saco dos Morcegos e Natuba, totalizando 3.900 almas indígenas a cargo dos jesuítas, no sertão. Entre os “Tapuias, no sertão da Baía”, os índios chegavam a 2.500, distribuídos em quatro aldeias: Natuba, Canabrava e Saco dos Morcegos, na capitania da Bahia, e Jeru, em Sergipe, cujas populações eram formadas principalmente por índios do grupo Kiriri ou Cariri. Além dessas aldeias consideradas permanentes, os jesuítas visitavam diversas “nações de Tapuias” buscando persuadi-los a se aldearem, a fim de que fossem doutrinados. (CARDIM, 1997, p. 90).

Assim, observa-se uma referência aos indígenas da região de Canabrava, Bacia do Itapicuru e Vaza Barris que, em tempos atuais, abriga a comunidade Massacará. Desde o século XVII (1639), missionários fundaram a Igreja da Santíssima Trindade de Massacará

²Para mais informações conferir: GALDINO, Marcos. *O governo das Almas- a expansão colonial no país dos tapuias- 1651-1798*. HUCITEC Editora, 2017.

³Para mais detalhes conferir: SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do Sertão Baiano – 1640-1750*. Tese de Doutorado, USP-SP, 2010.

e, como aldeados, esses povos falavam a língua Kipeá, da família Kiriri, tronco Macro-Jê, falada até o final do século XVIII.

No final do século XIX, o governo provincial, no intuito de promover a emancipação civil das populações indígenas e liberar as terras, as quais já eram exploradas por fazendeiros, extinguiu a Missão dos Índios de Massacará. Nesse contexto, o povo Kaimbé se dispersou em unidades familiares, com relativa autonomia política, retomando em 1940 o processo de organização enquanto grupo étnico, quando no bojo da luta pela terra viram-se pressionados a assumir a sua identidade para legitimar suas reivindicações territoriais (SOUZA, 1996).

Conforme a fundação Nacional do Índio – FUNAI, de Paulo Afonso - BA (2011), a comunidade de Massacará provém da etnia Kaimbé, não detém mais a sua língua nativa, o kipeá, da família linguística kariri, sendo, em suma, falante do português brasileiro, fato de interesse para os estudos da Linguística Histórica, diante da investigação de aspectos linguísticos pertinentes à constituição histórica do português em sua trajetória brasileira.

4 Gramática da Nação Kiriri: sujeitos envolvidos

O Padre Ludovico Vincenzo Mamiani Della Rovere⁴, a fim de catequizar e apaziguar conflitos entre sesmeiros, curralheiros e indígenas, foi designado a atuar nas aldeias do sertão dentre elas: Natuba, Canabrava e Saco dos Morcegos, na capitania da Bahia; Jeru, na capitania de Sergipe D’el Rei. Essas aldeias foram fundadas pelo Pe. João de Barros, de onde se registrava uma população de 2.500 almas, conforme a carta anual de 1690-1691 (LEITE, 2003).

Nesse contexto, Mamiani promoveu uma catequese diferenciada voltada para o letramento e a pesquisa de uma língua indígena “sem regra de raiz”, vista como o entrave na comunicação entre os “povos dos caminhos de dentro”⁵ e colonizadores.

[...] He verdade que como os naturaes della vivem sem regras, & sem ley, & delles se não póde alcãçar regra algua de raiz, não parecia tão facil poder acerta sem Mestre. Mas cõtudo procurei cõ o *exercício* de alguns anos da mesma língua, & com o estudo particular della, tirar os *fundamentos*, & *regras mais certas*, para que cõ ellas se formasse hua Arte fácil & clara, quanto bastasse para os nossos Missionários das Aldeas dos Kiriris apredere a língua. (MAMIANI, 1699, p. IV).

Assim, por doze anos, em contato direto com os Kiriris, Mamiani produziu a *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Karirí*, com data de publicação em (1699), cujo intuito era facilitar o aprendizado dessa difícil língua *Nhengaíba* aos aspirantes da ordem e jesuítas,

[...] conhecendo a necessidade da Nação dos Kiriris nesta Provincia do Brasil de sogeitos que tenham notícia de sua língua para tratar de suas almas, não julguey tempo perdido, nem ocupação escusada, antes muito necessária, formar hua Arte

⁴Italiano, natural de Pésaro, integrou-se na Companhia de Jesus no ano de 1668. Em 1684, antes mesmo de fazer o quarto voto, com trinta e dois anos, partiu de Lisboa rumo à Bahia para cumprimento de trabalhos missionários. Ver LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus. Vol. VIII. Org. Cesar Augusto dos Santos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

⁵Termo utilizado para falar de regiões diversas, com características distintas e longe do litoral, como fora revelado pelo cronista Pero de Magalhães de Gândavo Ver.: AMADO, Janaina. *Região, sertão, nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

com suas regras & preceitos para se aprender mais facilmente (MAMIANI, 1699: IV).

Essa afirmativa é dada, na parte introdutória da gramática, “Ao leytor”, nela, o padre Mamiani ressalta a necessidade da publicação para o melhor conhecimento da língua, que muito favoreceria e asseguraria o êxito do processo de catequese em língua kiriri, tarefa atribuída aos aspirantes para a ordem jesuítica; como também ressalta a importância dessa publicação para o registro impresso dessa língua diferenciada. Isso demonstra a percepção desse iniciano pesquisador quanto à diversidade das línguas indígenas; em especial essa, que já era inferiorizada e vista como “exótica” por outros inicianos, curiosos em estudos linguísticos da época, pois a considerava como língua “ruim e corrupta” em detrimento da língua falada pelos indígenas da costa litorânea.

Não seria demais ressaltar que, durante esses anos de convivência, os tapuias do sertão foram o arquivo vivo, a fonte de referência para tal pesquisa. Foram os sujeitos que tinham o domínio da língua, “sem regra de raiz”, a qual era o escopo para a pesquisa e, sem segredos ou objeções, descreviam-na para o padre escriba. Através dos Kiriris, o Pe. Mamiani realizou as ações de ouvir, repetir e relatar em um processo de troca de saberes e produção escrita, como assim o mesmo relatou: “[...] examinei Índios de diversas aldeas, e por derradeiro fui conferindo o presente catecismo sentença por sentença com Índios que têm bastante capacidade para entender o meu significado conhecer a fazer correspondente na sua língua.” (MAMIANI, 1699, p. V). Embora houvesse essa referência de participação com indígenas que tinham “capacidade para entender”, não coube a nenhum deles créditos para essa produção escrita, sequer o reconhecimento da fonte fonética, lexical, sintática, semântica que contribuiu para o conteúdo dessa obra. Também a corroboração do Pe. João de Barros⁶ que já havia registrado no “catecismo” um quantitativo de palavras em Kiriri, fortalecendo dados linguísticos para a Gramática da Nação Kiriri.

Com base nessas fontes, Mamiani produziu uma gramática voltada para um sistema linguístico oral, pautado na estrutura de gramáticas latinas, adequando-se aos modelos produzidos no século XVII. Uma gramática versada pelo olhar de um missionário europeu e para apreciação de outros que estivessem à altura de sua “linhagem”, desconsiderando os valores socioculturais dessa comunidade de falantes autóctones “[...] o impacto dessa produção lingüística na esfera civil e do estado foi, de um lado — é preciso reconhecer — pequeno para alterar conceitos (arraigados) da inferioridade lingüística [...]” (ALTMAN, 2009, p.125). Embora tivesse o reconhecido mérito pela produção escrita, em língua Kiriri, essas investidas missionárias no campo da linguagem funcionaram para criação de uma “língua artificial”, pois as especificidades estruturais e dialetais das mesmas foram propositadamente desprezadas (ALTMAN, 2009).

Dessa forma, Mamiani organizou essa gramática em duas seções: a primeira, dedicada à ortografia, pronúncia, conjugação e declinação dos nomes dos verbos; na segunda, o autor destaca a estrutura sintática, referindo-se à construção da fala e seus significados. Outras importantes traduções, nos séculos XVII e XVIII, aconteceram com a tentativa de conversão dos diversos grupos de Kiriris para a fé católica, em especial, nas

⁶O padre João de Barros conviveu por muitos anos com os Tapuias do sertão e já havia produzido um catecismo em língua KIRIRI, mas não chegou a ser publicado. O Catálogo de 1679 faz referência a um Vocabulário e um Catecismo Kiriri produzido por João de Barros. Esses escritos circulavam como manuscritos. Ver.: LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VIII. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

missões espalhadas ao longo do Rio São Francisco. Conforme o inaciano Luis Mamiani, autor de *O Catecismo e Vocabulário na língua Tapuia*,

[...] os missionários não satisfeitos do que tinham obrado com os índios marítimos da língua geral, penetraram os sertões interiores deste Brasil, para reduzir ao rebanho de Cristo também os índios bravos e tapuias, e os primeiros que tiveram essa sorte foram os da nação a que vulgarmente chamamos dos Kiriris. (MAMIANI [1698] *apud* CRISTINA POMPA, 2001, p. 92)

Assim, mesmo com a criação de uma gramática prescritiva em padrões latinos, Mamiani apresenta a língua Kiriri ao mercado tipográfico europeu e ao Império Ultramarino. “Civilizar” os tapuias do sertão era a meta desses missionários e o registro sistemático da língua desse povo lhe garante *status* de “povo civilizado”, pois atribuiu dados quantitativos ao elevar palavras utilizadas pelos falantes desse grupo; dados jurídicos ao apresentar a nação que falava a língua Kiriri; dados funcionais sistematizando a forma como essa língua era veiculada, a importância em aprendê-la para a conquista de seus objetivos (CALVET, 2007).

5 Resistência da Língua Kiriri no Sertão Baiano

Insistir com a catequese em língua Kiriri e também na permanência desses povos nas aldeias do sertão foi uma prerrogativa dos Padres Bernardo de Nantes e Mamiani e com decisão oficializada por carta do Pe. João de Barros “ [...] digo que não há nenhuma razão de tirar os índios de seus sertões para iniciá-los nos princípios cristãos, mas que eles têm de ser batizados em suas próprias terras e nesses mesmos sertões.” (POMPA, 2002, p. 92). Com essa ação, ainda que não intencionalmente, esses missionários contribuíam para que esses Tapuias se fimassem em seu local de origem, como também fortalecessem o seu vernáculo; pois, em seus espaços particulares e em suas manifestações culturais e religiosas, eles continuariam falando a sua língua materna.

Embora “a arte de ler, escrever e contar” e a doutrinação cristã acontecessem em língua Kiriri, a tentativa de incluí-los no letramento, ainda que na condição de copistas, seria em Língua Portuguesa, ou língua latina, pois a escrita da língua Kiriri ficou restrita aos missionários “linguistas” que, conforme Matoso Câmara (1977), em suas produções de gramáticas das línguas indígenas, criaram uma língua artificial como um Tupi jesuítico (MATTOSE CÂMARA, 1977, p. 102-103).

Talvez o tempo e estudos atuais venham nos mostrar que a permanência desses Tapuias em seus sertões e a vivência da língua Kiriri em seus rituais xamânicos, com seus cânticos em rodas de *Toré* e suas manifestações culturais tenham contribuído para resistência de resquícios lexicais da mesma, nessas comunidades indígenas do sertão. Dessa forma, detivemo-nos em uma análise comparativa com um pequeno glossário da primeira parte da Gramática do Pe. Mamiani, no qual nos empenhamos para construir uma tabela de nomes em língua Kiriri “oficialmente” registrados pelo Pe. Mamiani:

Quadro 1 - Recorte de palavras da gramática de Mamiani

Palavra em Kiriri	Palavra em Português
Buicú	Flecha

Buré	Máo
Burehé	Papas
Burò	Casca
Carai	Branco
Bocò	Algibeira
Bu	Espiga
Bucupy	Frecha do milho
Budewó	Sepultura
Buibu	Cabaça
Cradzó	Vaca, carne
Crobecà	Cuya
Einhé	Notícia
Enki	Criação
Iwó	Rio
Cayá	Noite
Cayē	Manhã
Cotò	Virote
Cramemù	Caixa
Cro	Pedra

Partindo desse levantamento de estudo lexical em língua Kiriri do século XVII e da visita, *in loco*, à Aldeia Massacará, elaboramos um glossário com palavras de origem indígena, utilizadas por falantes dessa aldeia e de outras aldeias circunvizinhas que se encontravam no evento. Tais palavras foram reconhecidas em dicionários da Língua portuguesa MICHAELIS/Online (1998) e Houaiss (2011). Submetemos esses dados, também, à análise de uma das professoras do Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado, pois como falante da Aldeia Massacará nos daria com mais precisão o significado dessas palavras, assim apresentadas na tabela abaixo:

Quadro 2 - Relação de Palavras Identificadas na Aldeia Massacará

PALAVRA IDENTIFICADA	DICIONÁRIO MICHAELIS LP	DICIONÁRIO HOUAISS	SIGNIFICADO NA ALDEIA MASSACARÁ	GRAMÁTICA DE MAMIANI
ADESU	S/R	S/R	S/R	S/R
ARUPEMBA	Urupema: Espécie de peneira de palha grosseira (...)	S/R	Peneira feita de palha	
BOEDU CRAÊ	S/R	S/R	Cumprimento	Cayê (k.) manhã.
BOGÓ	S/R	S/R	Utensílio, bolsa feita da fibra do crauá.	Algibeira
CRAUÁ	Cruá. Planta trepadeira (Sicana odorifera), da família das cucurbitáceas, nativa de regiões tropicais das Américas (...)	S/R	Planta trepadeira, matéria-prima de diversos adornos indígenas.	S/R
XANDUCA	S/R	S/R	Tipo de cachimbo feito de madeira, onde se colocam ervas para fumo recreativo, ritualístico ou medicinal.	S/R
CATAIOBA	S/R	S/R	Vestuário, adorno indígena, feito da folha da pindoba, crauá ou sisal	S/R
DOBECÓ	S/R	S/R	S/R	S/R
FREMBUNHÃ	S/R	S/R	S/R	S/R

MARACÁ	Chocalho indígena feito de cabaça seca e interiormente limpa, em que se colocam pedras ou frutos (...)	Chocalho indígena feito de cabaça seca, us. em cerimônias religiosas e guerreiras (...) [Etim: Tupi mara'ka "id"]	Adorno indígena feito de cabaça ou casca de coco com sementes no interior, utilizado em danças e rituais.	
MERUM	S/R	S/R	S/R	S/R
SUTRUMUNCHI	S/R	S/R	S/R	S/R
PAÚ	S/R	S/R	Cano oco de madeira, onde se colocam ervas para fumo ritualístico, medicinal ou recreativo.	S/R
URUCUM	Semente tintorial extraída do fruto do urucum, rica em carotenoide, de longa aplicação na indústria alimentícia, na fabricação de corantes, na indústria de cosméticos, na fabricação de produtos para a pele e também usada em artefatos e cerâmica indígena	Fruto de cuja polpa se extrai corante vermelho. [Etim: Tupi uru'ku "id"]	Planta da qual se extrai uma coloração vermelha, utilizada como corante alimentício.	

*S/R – sem resultados correspondentes.

Ao fazer a consulta no dicionário Michaelis/Online (1998) e Houaiss (2011) acerca das palavras catalogadas no período em que estivemos na Aldeia Massacará, para

buscarmos o significado e etimologia das mesmas, deparamo-nos com uma maioria sem referência (Houaiss); e também com todas essas palavras apresentando, em ambos, origem etimológica Tupi e não Macro-jê, como pressupúnhamos ao pensar a pesquisa. Tal explicação pode se dá pelo processo de tupinização⁷, como uma tentativa de homogeneizar as línguas indígenas de diferentes povos que foram aglomerados em aldeias, a fim de facilitar a comunicação entre todos para o aumento de cristãos no novo mundo também de manter uma colônia de povos civilizados. Por ter sido uma língua de minorias, falada por “gentios bárbaros”, o Nhengaíba era o empecilho para a formação de uma “colônia civilizada”. Então, “[...] a expansão do tupi [tupinambá] – tida como “geral” – sobre as línguas faladas pelos tapuias refletiu a ideia de que um território deveria ter uma só língua. (BARROS, 2003, p. 89).

Ao fazer a análise ao que nos propomos, nessa pesquisa, de comparar palavras utilizadas pelos Kiriris no século XVII e se resquícios desse léxico sobrevive em tempos atuais, tivemos dois achados : *A Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Karirí (1699)*, de Mamiani, possui dois correspondentes similares aos coletados na Aldeia Massacará: o primeiro termo correspondente coletado na aldeia, catalogado em nossa pesquisa como *Boedu Craê*, foi identificado quando um morador adulto da aldeia contava histórias de sua vida. Na situação rotineira relatada, o vocábulo foi citado como uma saudação entre dois homens, logo que se encontraram. Mamiani, em sua escrita, traz o registro de *Cayê*, categorizada pelo mesmo como o equivalente Kiriri para “manhã”. Os ruídos de comunicação e alterações morfológicas ao longo do tempo podem justificar a diferença na escrita entre os termos, mas o que nos leva a acreditar que são semelhantes, além da escrita similar, é o traço semântico, uma vez que o termo catalogado na aldeia foi descrito como uma saudação cotidiana e o *Cayê*, de Mamiani, é descrito como “manhã”, em português, desconfiamos que *Boedu Craê* pode ser um equivalente Kiriri ao “Bom dia”, da língua portuguesa.

O segundo termo correspondente identificado na aldeia Massacará tem escrita e pronúncia mais próximas à contraparte descrita por Mamiani. Quando perguntamos ao vendedor de uma das barracas de produtos artesanais o nome de uma pequena bolsa de fibra têxtil vegetal, visualmente similar ao sisal, recebemos “*Bogó*” como resposta. A diferença entre “*Bogó*”, encontrado na aldeia, e “*Bocó*”, documentado por Mamiani, é apenas a vocalização da consoante velar, encontrada na última sílaba. Semanticamente, a semelhança se mantém, uma vez que, segundo Mamiani, o equivalente da língua portuguesa para *bocó* é algibeira que, segundo o dicionário MICHAELIS Online, é um “Pequeno saco ou bolso cosido na parte externa ou interna da roupa; bolso, sacola”.

Assim, chegamos à conclusão de que resquícios do tronco Macro-Jê como *Bocó/bogó*; *Cayê/Boedu Craê* permanecem vivos, fortalecendo falantes dessa comunidade indígena e circunvizinhas. Também outro aspecto que nos chama a atenção é de que essas duas palavras não estão registradas nos dicionários consultados, o que nos faz pensar que não eram utilizados na língua Geral, aprendida nas Aldeias no período da catequese. Dessa forma, esses dois achados sinalizam a vivacidade da língua Kiriri, o seu legado como resistência linguística para o seu povo.

⁷Para que fosse possível a comunicação entre os jesuítas e a imensa maioria de índios tapuias da Amazônia, assim como a comunicação dos próprios tapuias entre si, foi necessária a imposição do Tupinambá sobre a grande diversidade linguística da região, na qual eram faladas. Ver.: NOBRE Wagner Carvalho de Argolo. *Introdução à História das Línguas Gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial*. Dissertação de mestrado. UFBA, Salvador -BA, 2011.

6 Conclusão

A visita à Aldeia possibilitou, além da observação da manifestação de sentido e significado em cada apresentação realizada no evento XVI Feira de Cultura Kaimbé, a interação direta com moradores de Massacará e com os outros visitantes indígenas, vindos de aldeias próximas para participar desse evento. Através dessa interação, conseguimos estabelecer uma relação reciprocamente amistosa, baseada, majoritariamente, na troca de conhecimentos e relatos acerca das nossas diferentes experiências em sociedade e, com isso, identificar e catalogar vocábulos utilizados espontaneamente que não nos eram comuns ou familiares.

A *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Karirí* (1699) foi versada pelo olhar de um sacerdote europeu, no padrão das gramáticas latinas, sem protagonizar a fonte de referência linguística de quem lhe servia e sem partilhar esse conhecimento da escrita com os próprios indígenas envolvidos nesse processo de construção. Esses jesuítas tiveram a fonte oral como base de produção, pois não havia nenhum acordo ortográfico para a época. Basicamente era feita uma transcrição fonética dessa língua Kiriri, fato que contribui como registro linguístico, em um esforço de tradução dos códigos de comunicação oral para a linguagem escrita.

Segundo Michel de Certeau (2006), “a escrita faz a história”, de fato sim, a escrita funciona como guardião dos registros intactos da língua, costumes, crenças e tradições de um povo, por isso a sua importância para fontes documentais. Contudo, é relevante lembrar que toda base de uma produção escrita depende da tradição oral que lhe dá o suporte para a sua materialização. Por essa razão, reconhecemos o protagonismo do povo Kiriri, os novos sujeitos que se destacaram no processo de construção dessa gramática, ao entender a língua como traço cultural, histórico de um povo e ao reconhecer que resquícios do léxico Kiriri ainda vivem em comunidades indígenas do sertão.

A ocorrência contemporânea de vocábulos comuns ao que foi descrito por Mamiani, após doze anos de contato e estudo da língua Kiriri, em 1877, evidencia que ainda existem resquícios vivos do tronco Macro-Jê, na comunidade indígena Massacará e nas comunidades circunvizinhas. A ausência de registro dessas palavras em dicionários de língua portuguesa mostra que não eram de uso da língua geral, falada e aprendida nas aldeias no período de catequese, fazendo de termos como os que foram analisados e comparados aos contidos na *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Karirí* sinais de resistência da língua Kariri e sua sobrevivência entre seu povo.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina. *Região, sertão, nação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15,1995. p. 145.
- ALTMAN, Cristina. *Retrospectivas e perspectivas da historiografia da lingüística no Brasil*. Revista argentina de historiografía lingüística, I, 2, 115-136, 2009. p. 125.
- BARBOSA, Bartira Ferraz. *Pernambuco: herança e poder indígena*. Nordeste séculos XVI-XVII. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- BARROS, Maria Cândida D. M. Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria

Carlota (Orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 89.

CALVET, Louis-Jean 2007. *As Políticas Linguísticas*. Tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

CARDIM, S. J. Fernão. [1583-90]. *Tratados da terra e da Gente do Brasil*, transcrição edição e notas de Ana Maria de Azevedo, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses. 1997. p. 90.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedade de tradição oral?* Campinas: Curt Nimuendajú, 2007. p. 6-7.

DANTAS, Beatriz G. et al. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DIETRICH, Wolf; NOLL, Volker. O papel do tupi na formação do português brasileiro. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. (Org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 83.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos Tupis e Tupi-guarani*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora. 1969. p. 158.

FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo (Ba), 2006. p. 25-26.

GALDINO, Marcos. *O governo das Almas - a expansão colonial no país dos tapuias - 1651-1798*. HUCITEC Editora, 2017.

FUNAI/CR Baixo São Francisco. *Relatório Técnico - Kaimbé - 2011*. Disponível em <<http://funai-ba-pa.blogspot.com.br/p/kaimbe.html>>. Acesso em 18 nov. 2011.

LEITE, Serafim (ed.). *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VIII. São Paulo: Edições Loyola. [1938] 2004, p. 314.

MAMIANI, Luiz Vincencio. [1699]. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Karirí*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1877. p. IV-V. (Edição facsimilar).

MAMIANI, Luiz Vincencio. 1942 [1698]. *Catecismo da Doutrina Christã na Língua Brasilica da Nação Karirí*. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional. (Edição fac-similar).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Português brasileiro: raízes e trajetórias*. São Paulo, 1993. p. 240-241.

MATTOSO CÂMARA, Joaquim. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1977. p. 102-10.

MICHELIS. *Moderno dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo; Melhoramentos, 1998.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Campinas, Agosto de 2001.

MONTEIRO, John M. *Negros da Terra – índios de bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. *Introdução à História das Línguas Gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial*. Dissertação de mestrado. UFBA, Salvador -BA, 2011.

POMPA, Cristina. *O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena*. Novos Estudos. São Paulo, n. 64, , 2002. p. 92.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*. São Paulo: DELTA, 1994. p. 49.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. *Conquistas da fé na gentildade brasílica: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)*. Dissertação de mestrado, UFPB. Campina Grande - PB, 2011.

SANTOS, Fabrício Lyrio. *Da Catequese à Civilização - colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. Cruz das Almas/BA: Editora UFRB, 2014. p. 23.

SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do Sertão Baiano – 1640-1750*. Tese de Doutorado, USP-SP, 2010.

SILVA VETO, Serafim. *História da Língua Portuguesa*. 4 ed.- Rio de Janeiro: Presença [Brasília]:INL,1986.

SOUZA, Jorge Bruno Sales. *Etnicidade entre os Kaimbé de Massacará*. Salvador: UFBA, 1996.

VILLAR, Mauro de Salles (org.). *Dicionário Houaiss Conciso/Instituto Antônio Houaiss*, São Paulo: Moderna, 2011.